

ANAIS I CAMEG

Controle da sífilis congênita no país: uma realidade de vulnerabilidades

Wanessa Lemos Araújo¹; Ana Laura Carvalho Almeida¹; Daniele Belizário Bispo¹; Valesca Naciff Arias¹; Vitor Miguel Rassi¹; Claudinei Sousa de Lima²

1. Discente do curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.

2. Docente curso de Medicina do Centro Universitário UniEVANGÉLICA.

RESUMO:

Introdução: A sífilis congênita ocorre quando há infecção do concepto pela espiroqueta *Treponema pallidum* oriunda de gestante não tratada ou inadequadamente tratada. Essa doença se configura como um grave problema de saúde pública e o seu controle é uma das metas de organismos de saúde nacionais e internacionais. Porém, se observa em nosso país que existem dificuldades no controle dessa infecção. **Objetivo:** Avaliar os pontos vulneráveis que dificultam o controle da sífilis congênita no Brasil. **Material e método:** Trata-se de uma revisão integrativa, em que se realizou uma busca nas seguintes plataformas: Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e US National Library of Medicine (PubMed) e PubMed contando com artigos no período de 2006 a 2019 e pesquisa no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Eliminou-se cinco de trinta artigos pré-selecionados por não se tratarem de sífilis congênita ou por não abordar deficiências no controle da infecção. **Resultados:** A sífilis congênita é uma patologia grave, uma vez que pode causar mortes e sequelas importantes nos recém-nascidos, sendo que em 2016, foi declarado um total de 185 óbitos por sífilis em crianças menores de um ano. Sobretudo tem se observado um aumento em sua incidência nos últimos anos, tornando-se um problema de saúde pública. Tal cenário, fica evidente nos últimos dez anos em que houve um progressivo aumento na taxa de incidência de sífilis congênita: a taxa era de dois casos em mil nascidos vivos, e atualmente, essa estimativa foi mais que o triplo, chegando em torno de sete casos em mil nascidos vivos. Esse aumento sugere a interferência de diversos fatores, como baixa qualidade do pré-natal no país e o desinteresse por parte dos profissionais de saúde quanto ao diagnóstico e ao tratamento da doença. Tal afirmação é comprovada em estudos, onde demonstra que, a maioria das gestantes, cerca de 63%, apresentou diagnóstico tardio no momento do parto ou da curetagem. Ademais com relação ao esquema de tratamento da gestante, nota-se que cerca de 60% receberam tratamento inadequado, aproximadamente 27% não receberam tratamento e apenas cerca de 4% delas receberam tratamento adequado. Além disso, quanto ao parceiro, apenas um quinto aproximadamente recebeu tratamento, de forma que a maioria não foi tratada ou a condição de parceiro foi ignorada. Somado a isso, em relação a paciente, cerca 90% delas não possuíam ocupação no momento da consulta, além da baixa escolaridade, em que cerca de 30% apresentava da 5ª à 8ª série incompleta, o que contribui para um baixo nível socioeconômico. Tais condições demonstram forte relação para a dificuldade de controle da sífilis e conseqüentemente aumento da transmissão vertical. **Conclusão:** Diante do exposto, nota-se que o problema da sífilis congênita no país é multifatorial. Existem deficiências na assistência pré-natal, que contribui para a incidência dos casos. Além da constatação de que as mães das crianças que adquiriram sífilis congênita possuem baixo nível social, o que leva essas pacientes a vulnerabilidade e favorece as mesmas a contrair doenças sexualmente transmissíveis. Dessa forma, é preciso melhorar a assistência pré-natal e investigar a história pregressa de doenças sexualmente transmissíveis na gestante e em seu parceiro sexual, além de ações de orientação sexual e de planejamento familiar.

Palavras-chave:

Sífilis. Sífilis
Congênita.
Transmissão
vertical de doença
infecciosa.